



PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL

ESTATUTOS DA MOBILIZAÇÃO DEMOCRÁTICA - PMN PPS

TÍTULO I das disposições preliminares **Capítulo Único** Art.1º - A Mobilização Democrática, resultante da fusão do Partido da Mobilização Nacional - PMN, nascido com a missão de dar continuidade ao único projeto político da nossa história - a Inconfidência Mineira, pluripartidarista, que torna possível a união dos ideologicamente afins e a intransigente defesa dos sagrados direitos da pessoa humana, entre os quais o de escolher livremente a forma de governo e o regime político em que pretende viver e do Partido Popular Socialista - PPS, cujo objetivo permanente é a ampliação da democracia e a valorização da cidadania, no processo de construção de uma sociedade socialista, ecologicamente equilibrada e auto-sustentável, humanista, libertária e multilateral, organização política, com registro definitivo por decisãodo E.Tribunal Superior Eleitoral, em .. dede 2013, é pessoa jurídica de direito privado, com duração por tempo indeterminado, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal. Art.2º. A Mobilização Democrática como instrumento de representação política, orientar-se-á por seu manifesto, programa, estatutos e demais diretrizes de ação política, social e econômica, absorvendo os princípios que originaram a construção dos Partidos que lhe deram origem, aprovados por seu Congresso Nacional, realizado em 17.04.2013, é entidade de âmbito nacional, congregando cidadãos de ambos os sexos, sem restrições de qualquer ordem, que estejam no gozo de seus direitos políticos e civis, que aceitem e defendam as teses da Mobilização Democrática. Art.3º. A Mobilização Nacional, mantém como patrono, TIRADENTES, e adota: como sigla, MD, como número 33, como símbolos: até ulterior deliberação, os logos oficiais dos Partidos que lhe deram origem, na seguinte ordem:PPS - PMN. **TÍTULO II** do filiado, **CAPÍTULO I**, da filiação Art.4º. São filiados da MD, os brasileiros e os legalmente equiparados, regularmente inscritos nos registros dos órgãos partidários. § Primeiro - A filiação é feita perante a direção municipal, em fichas individuais padronizadas, em três (3) vias, devendo uma ser arquivada na secretaria municipal e outra remetida com ofício, à secretaria estadual do partido. § Segundo - O filiado receberá carteira de identificação partidária que servirá de instrumento para participação nas atividades partidárias. § Terceiro - Nas datas fixadas e na forma da legislação em vigor, a direção municipal atualizará perante a Justiça Eleitoral o cadastro de seus filiados. § Quarto - a filiação poderá ser feita, também, perante as executivas estadual ou nacional. § Quinto - Qualquer membro da MD poderá, no prazo de sete (7) dias úteis, a contar da fixação, na secretaria correspondente, da lista de pretendentes à filiação, impugnar, por escrito, o pedido de inscrição, notificando-se o impugnado para, em igual prazo, apresentar defesa. § Sexto - A impugnação só poderá ser conhecida pela executiva municipal ou pela estadual, se fundamentada em inelegibilidade, na forma da Constituição Federal, Lei complementar nº 64 ou dispositivo que vier substituí-la, perda ou restrição de direitos políticos e no fato do pretendente não possuir reputação ou conduta política ilibada. § Sétimo - Esgotado o prazo de contestação, a executiva municipal ou a estadual terá o prazo de dez (10) dias para decidir. A falta de decisão importa em deferimento da inscrição. § Oitavo - Da decisão denegatória, que será sempre motivada, caberá recurso, com efeito meramente devolutivo, no prazo de cinco (5) dias, à executiva nacional, salvo quando a decisão for proferida por ela própria, decisão esta de caráter irrecurável. § Nono - Não serão acolhidas filiações de integrantes das agremiações fusionadas, que tenham sofrido processo condenatório pelos respectivos órgãos de ética e disciplina partidária. **CAPÍTULO II** do cancelamento da inscrição Art.5º. A inscrição será cancelada nos casos de: -I- morte; -II- solicitação do eleitor; -III- perda dos direitos políticos; -IV- impedimento legal; -V- expulsão. **CAPÍTULO III** da disciplina, fidelidade partidária, direitos e obrigações dos filiados Art.6º. Ao filiar-se a MD, o eleitor: -I- aprova e subordina-se ao manifesto, programa, estatutos, diretrizes e regimentos do Partido, bem como às decisões, deliberações e resoluções de suas instâncias partidárias, subordinação essa que permanece, ainda que eleito parlamentar ou chefe do poder executivo, vice, ou, no exercício de cargo comissionado de agente político; -II- reconhece, expressamente, que todo mandato que vier a exercer pertencem à MD e é exercido em seu nome. -III- reconhece que a aprovação de nomes para a composição dos gabinetes de liderança será feita pela direção executiva do nível correspondente ao cargo a ser ocupado. -IV- outorga à MD o direito/dever de fazer cumprir estes dispositivos, buscando, se necessário, medidas judiciais cabíveis, reconhecendo, ainda, expressamente, que o descumprimento de qualquer dos deveres manifestados neste capítulo, tais como a atitude, manifestação ou voto contrário às normas e deliberações partidárias, caracterizam infidelidade partidária. Art.7º. São direitos dos filiados: -I- a voz e voto nos congressos, nas convenções, conselhos e plenárias para os quais esteja habilitado. Nas demais instâncias depende de delegação, conforme dispõem estes estatutos. -II- ampla defesa nos processos a que for submetido para apuração de infração de deveres partidários. -III- manifestar-se em qualquer reunião, mantido o decoro, sem ser interrompido, exceto se concedido apertes, na forma do regimento interno da reunião ou evento. -IV- o direito de resposta em caso de citação pessoal. Art.8º São obrigações dos filiados: -I- divulgar, pregar e defender as idéias da MD e seus símbolos, bem como incrementar o crescimento da MD, participando ativamente das campanhas de seus candidatos e neles votando ou na legenda; -II- contribuir para a sua manutenção financeira; -III- respeitar as posições divergentes em qualquer recinto da MD. Se cometido excesso, o filiado será advertido por qualquer dirigente presente, para que modere sua atitude; qualquer ato de violência, agressão pessoal, moral ou física será imediatamente punido com a suspensão do direito de voto, afastamento do agressor do recinto e encaminhamento dos fatos ao Tribunal de Ética, para apuração e aplicação das penalidades cabíveis. -IV- exercer com pro-

bidade, lisura, decoro, transparência e respeito ao dinheiro público, todos os cargos e mandatos para os quais for nomeado ou eleito. **CAPÍTULO IV** das medidas disciplinares Seção I - da competência Art. 9º - A apuração dos fatos, julgamento e punição de acusado por indisciplina e/ou infidelidade partidária, compete: -I- aos dirigentes partidários, no grau e âmbito de suas atribuições, nas hipóteses previstas nestes estatutos, exceto se da competência privativa do Tribunal de Ética; -II- ao Tribunal de Ética: a)- originariamente, às suas câmaras, nas hipóteses dos arts. 14 a 19 e 21 a 23, provocado por qualquer filiado ou dirigente partidário, ou mediante procedimento ex-offício do próprio Tribunal; b)- em grau de recurso, ao tribunal pleno; -III- em grau de recurso ao Congresso Nacional, quando as decisões do Tribunal de Ética não forem unânimes. § Primeiro - Observar-se-á na aplicação de quaisquer medidas disciplinares, o disposto nestes estatutos e os procedimentos estatuídos no Código de Ética. § Segundo - As decisões transitadas em julgado constituem título hábil para cobrança dos valores decorrentes de penas pecuniárias aplicadas. Seção II - das penalidades Art.10º - São medidas disciplinares, aplicadas isolada ou cumulativamente, segundo a gravidade do ato e a critério do Tribunal de Ética, ou pelas direções partidárias, no âmbito de sua competência: a).advertência verbal ou escrita; b).expulsão de recinto; c).suspensão do direito de voto; d).suspensão das atividades partidárias, de três a doze meses; e).destituição de função em órgãos partidários f).destituição de cargo comissionado; g).desligamento temporário da bancada com substituição pelo suplente da MD; h).perda de prerrogativas, inclusive cargo de liderança; i).perda de cargos e funções exercidos em decorrência de representação e proporção partidária; j) multa; l).indenização; m).perda de mandato; e n).expulsão, com cancelamento de filiação. Seção III - do enquadramento Art.11 - As penas a que se refere o artigo 10º destes estatutos, serão aplicadas: I - advertência verbal ou escrita - ao infrator primário do disposto no artº 6º, v e artº 8º, i, ii, iii. II - expulsão de recinto - ao infrator recorrente do disposto no artº 8º, iii. III - suspensão do direito de voto - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, e ao recorrente no artº 8º, i, ii, iii. IV - suspensão das atividades partidárias - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, recorrente no artº 6º, v, e ao recorrente reiterado no artº 8º, i, ii, iii. V - destituição de função eletiva em órgãos partidários - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, ao recorrente, no artº 6º, v, e ao recorrente reiterado no artº 8º, i, ii, iii. VI - destituição de cargo "ad nutum" - ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii e iii, ao recorrente, no artº 6º, v, e ao recorrente reiterado, no artº 8º, i, ii, iii. VII - desligamento temporário da bancada ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, ao recorrente, no artº 6º, v, e ao recorrente reiterado, no artº 8º, i, ii, iii. VIII - perda de prerrogativas, inclusive cargo de liderança, ao infrator primário do disposto no artº 6º, i, ii, iii, ao recorrente, no artº 6º, v, e, ao recorrente reiterado no artº 8º, i, iii, iii. IX - perda de cargos e funções exercidos em decorrência de representação e proporção partidária - ao infrator primário do disposto no artº 6º, ii, i e iii, ao recorrente, no artº 6º, v, e ao recorrente reiterado, no artº 8º, i, ii e iii. X - multa de 10% - ao infrator recorrente do disposto no artº 8º, ii. XI - indenização - na hipótese de desligamento da MD, voluntário ou disciplinar, em valor equivalente a remuneração total auferida em doze meses, ao parlamentar. XII - perda de mandato - ao infrator primário do disposto no artº 6º, iv e vii, ao recorrente no artº 6º, ii, iii, iii, e ao recorrente reiterado no artº 6º, v, e no artº 8º, ii, iii, iii, bem como, ao filiado no curso de mandato parlamentar, no caso de desligamento voluntário ou disciplinar. Nesta hipótese, assumirá o suplente da MD, na ordem de classificação. XIII - expulsão, com cancelamento de filiação, ao infrator primário do disposto no artº 6º, iv e vii, ao recorrente no artº 6º, ii, iii, iii, e ao recorrente reiterado no artº 6º, v, e no artº 8º, ii, iii, iii. **TÍTULO III** da estrutura partidária Capítulo I do funcionamento Seção I - dos órgãos partidários Art. 12 - São órgãos da MD: -I- de deliberação: - os Congressos, as Convenções eleitorais, as Plenárias e o Tribunal de Ética. -II- de direção e ação: - o Diretório Nacional, as Executivas Nacional, Estaduais e Municipais e as Comissões Provisórias Municipais; -III- de assessoramento: - as Coordenações Nacionais e Regionais, os Conselhos Políticos Nacional e Regionais, o Conselho Fiscal, os Departamentos que vierem a ser instalados pela Executiva Nacional e a Fundação; -IV- de ação parlamentar: - as Bancadas no Senado, na Câmara Federal, nas Assembléias Legislativas e Distritais e nas Câmaras Municipais; -V- de cooperação: - os núcleos de base; § Primeiro - As executivas estaduais, por resolução, poderão dividir os Municípios com mais de 1.000.000 de habitantes e os da Capital, em distritos englobando várias zonas, aos quais se aplicarão os dispositivos pertinentes a municípios, no que couberem. § Segundo - Todas as instâncias partidárias serão compostas por representantes das duas Agremiações que deram origem a MD, cabendo a cada uma o preenchimento de: 50% (cinquenta por cento), proporção essa que será mantida, independentemente do ingresso de novas lideranças para integrar qualquer órgão. § Terceiro - As vagas não preenchidas serão reservadas para os novos integrantes. § Quarto - As presidências dos diversos órgãos partidários serão distribuídas de forma a manter a equivalência entre as duas agremiações que deram origem a MD, cabendo à agremiação que não exercer a presidência, um membro a mais na respectiva composição. Seção II -das convocações Art.13 - Ressalvadas as disposições específicas, a convocação de Congressos, Convenções Eleitorais, Plenárias e Diretório Nacional far-se-á por edital publicado na imprensa oficial, com antecedência mínima de 8 dias, contendo indicação do lugar, dia e hora da reunião, matéria incluída na pauta e objeto da deliberação, além de fixação do edital, no mesmo prazo, nas respectivas secretarias municipais, na estadual e na nacional, conforme o caso: no plano nacional - pela Executiva Nacional ou por 51% do Diretório Nacional; no plano estadual - pelas Executivas Nacional ou Estadual; no plano municipal - pelas Executivas Estadual ou Municipal, Art.14 - A convocação de membros de Executivas, do Tribunal de Ética e do Conselho Fiscal, far-se-á por notificação pessoal, fax, telegrama ou qualquer outro

meio de comunicação usual, com antecedência de 8 dias, contendo indicação do lugar, dia e hora da reunião, matéria incluída na pauta e objeto da deliberação, além de fixação do edital, no mesmo prazo, nas respectivas secretarias municipais, na estadual e na nacional, conforme o caso: no plano nacional - pelo Presidente Nacional, pelo Vice-Presidente Executivo, pelo Secretário Geral ou por 1/3 dos Membros da Executiva Nacional; no plano estadual - pela Executiva Nacional, por Coordenadores Nacionais no cumprimento das tarefas que lhes forem cometidas, pelo Presidente, pelo Secretário ou por 1/3 dos Membros da Executiva estadual; no plano municipal - pelas Executivas Estadual ou Municipal. § Único - Em caráter extraordinário, para evitar perecimento de direito ou dano ao partido, os membros de quaisquer órgãos poderão ser convocados em prazo menor e informalmente, para deliberar sobre matéria de urgência devidamente fundamentada. Seção III - do quorum de instalação e de deliberação Art.15 - O Congresso Nacional, as Convenções Eleitorais, as Plenárias, os Conselhos políticos, o Diretório Nacional, as Executivas, o Tribunal de Ética e o Conselho fiscal, decidem, no âmbito de sua atuação, com a presença de 2/3 de seus membros e suas decisões serão tomadas, salvo disposição especial, por 51% de seus integrantes. Art.16 - A Convenção Municipal delibera com a presença de no mínimo 51% dos filiados habilitados e suas decisões serão tomadas, salvo disposição especial, pela maioria de votos presentes. Seção IV - da habilitação do filiado Art.17 - Só estará habilitado para o exercício do voto e ser votado, o filiado: -I- inscrito no partido até um ano antes do evento, salvo nas hipóteses previstas nestes estatutos, fixando prazo menor. -II- que estiver no exercício das atividades partidárias; -III- quite com suas obrigações partidárias, entre as quais a contribuição obrigatória e sendo dirigente ou candidato, também a prestação de contas devida. § Único - A inscrição de filiados para concorrer aos pleitos, só poderá ser indeferida, se desatendido qualquer dos incisos deste artigo. Art.18 - Ressalvadas as disposições especiais fixadas nestes estatutos, os Congressos e as Convenções Eleitorais realizar-se-ão no período das dez horas às dezoito horas, improrrogavelmente, procedendo-se, ato contínuo, à apuração dos votos. § Primeiro - As deliberações serão baseadas em voto direto e aberto, sendo vedado o voto por procuração e o voto cumulativo. § Segundo - Na apuração dos votos não serão computados os votos em branco e nulo. § Terceiro - O nome dos candidatos para o mesmo pleito, cargo ou função, constarão das relações nos locais de votação, em ordem alfabética. § Quarto - As demais normas regentes das deliberações dos Congressos, serão fixadas por resolução da executiva nacional, enviada aos convençionais até 30 dias antes da realização do conclave. § Quinto - As normas regentes das Convenções Eleitorais, serão fixadas por resolução da executiva nacional, publicadas no prazo assinalado pela Justiça Eleitoral e enviadas aos convençionais até 30 dias antes da realização do conclave. **CAPÍTULO II** Dos Órgãos de Deliberação Seção I - do Congresso Nacional Art.19 - O Congresso Nacional é o órgão supremo do partido e se constitui: -I- dos membros do Diretório Nacional -II- dos Parlamentares da MD com assento no Congresso Nacional -III- dos membros do Conselho Político Nacional -IV- de dois representantes das Direções Estaduais, oriundos das duas Agremiações que deram origem a MD Art.20 - Compete ao Congresso Nacional: -I- fixar diretrizes para a atuação partidária em todo o País, traçando a linha política e parlamentar de âmbito nacional, a ser seguida pelos representantes da MD; -II- eleger os membros do diretório nacional, do tribunal de ética, do conselho fiscal e seus respectivos suplentes; -III- decidir sobre reforma do programa, dos estatutos e do código de ética; -IV- julgar os recursos das decisões do tribunal de ética e do diretório nacional; -V- decidir soberanamente os assuntos políticos e partidários, bem como os referentes ao patrimônio da MD; -VI- decidir sobre fusão ou incorporação de outras Agremiações Políticas; -VII- dissolver o partido e determinar a destinação do seu patrimônio; Art.21 - O Congresso Nacional reunir-se-á ordinariamente, para decidir matéria de sua competência, nos meses de julho dos anos ímpares e extraordinariamente, sempre que convocado na forma do artº 27. Seção II - da Convenção Eleitoral Nacional Art.22 - A Convenção Eleitoral Nacional é o órgão máximo em matéria eleitoral e se constitui: -I- dos membros do Diretório Nacional -II- dos Parlamentares da MD com assento no Congresso Nacional -III- dos membros do Conselho Político Nacional -IV- de dois representantes das Direções Estaduais, oriundos das duas Agremiações que deram origem a MD. Art.23 - Compete à Convenção Eleitoral Nacional: -I- escolher os candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República, Governadores, Vice-Governadores, Senadores e Suplentes; -II- analisar e aprovar a plataforma dos candidatos à Presidência da República e aos Governos estaduais; -III- autorizar ou referendar coligações. § Primeiro - Só serão acolhidas, sob protocolo da secretaria geral, inscrição de candidatos a cargos eletivos majoritários, bem como, propostas de coligação no plano nacional, que obtenham o apoio de pelo menos 1/5 dos convençionais em dia com suas obrigações partidárias. § Segundo - O apoio do mesmo convencional a dois candidatos ao mesmo cargo, ou a duas propostas de coligação, será considerado inexistente em ambos, para efeito da contagem a que se refere o artigo anterior. Art.24 - A escolha, pela Convenção Eleitoral Nacional, far-se-á por votações consecutivas, a saber: -I- na primeira votação, os convençionais decidirão por maioria absoluta, entre a apresentação de candidatos próprios, coligação com apresentação de candidato para compor chapa majoritária, ou coligação simples; -II- definida essa etapa, os convençionais procederão a escolha, sendo considerado indicado o candidato ou candidatos, ou, a proposta de coligação, segundo a decisão anterior, que obtiver maioria absoluta; -III- não alcançada essa maioria, os convençionais procederão a nova escolha entre os três primeiros colocados, candidatos ou coligação, conforme opção anterior escolhida, sendo considerado vencedor o que obtiver o maior número de votos válidos. Seção III - do congresso estadual Art.25 - O congresso estadual para deliberar acerca das matérias de sua competência, é constituída: -I- dos membros da Direção Estadual; -II- dos Parlamentares da MD com assento nas As-